

**PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RN
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS(AS) DE GRADUAÇÃO E
CONCILIADORES(AS) DO PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2021 – IEL/ESMARN

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO

PREZADO(A) CANDIDATO(A), LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma valendo 0,20 ponto;
2. Verifique este Caderno de Questões. Se estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite imediatamente a substituição ao(à) fiscal;
3. Cada questão apresenta cinco opções de resposta (A, B, C, D e E), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao(à) fiscal;
4. Você receberá, junto a este caderno de questões, uma Folha de Respostas nominal. Verifique se os dados impressos na Folha de Respostas estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao(à) fiscal;
5. Após o recebimento da Folha de Respostas, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine-a com caneta esferográfica azul ou preta. Após responder as questões neste caderno, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas, de acordo com as instruções nela contidas;
6. Questões respondidas na Folha de Respostas, com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preenche-la, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição;
7. O(A) candidato(a) dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a folha de respostas. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas após seu término não poderá retornar em hipótese alguma. O(a) candidato(a) deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 30 minutos após o início das provas;
8. Terminada a prova, avise ao(à) fiscal, para que o caderno de questões e a folha de respostas sejam recolhidos. Os(as) candidatos(as) não poderão levar o caderno de questões consigo;
9. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas de qualquer tipo ou anotações de quaisquer espécies, bem como o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palms*, calculadoras, *smartwatches* e o uso de relógios de qualquer tipo.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Qual das opções a seguir possui, pelo menos, uma palavra em que a formação do plural segue o processo incomum da língua portuguesa:

- A) Casa, pantera, torta.
- B) Gravidez, avestruz, açúcar.
- C) Opinião, órfão, irmão.
- D) Cristão, capitão, qualquer.
- E) Aluguel, canil, míssil.

2. Analise as definições a seguir e escolha a opção que contém os termos definidos, respectivamente:

- i. Palavras com grafia e som iguais, mas, com significado diferente.
- ii. Palavras com som e grafia bem parecidas e significados diferentes.
- iii. Palavras com grafia e som diferentes, com significado semelhante.

- A) Homonímia, Paronímia e Sinonímia.
- B) Sinonímia, Homonímia e Polissemia.
- C) Paronímia, Catacrese e Antonímia.
- D) Polissemia, Parassíntese e Homonímia.
- E) Catacrese, Sinonímia e Antítese.

3. No diálogo abaixo o termo sublinhado assume papel gramatical distinto de sua classificação gramatical. Que papel é assumido no texto?

- Querida, cheguei!
- Silêncio! O bebe está dormindo.

- A) Adjetivo

- B) Conjunção
- C) Interjeição
- D) Substantivo
- E) Verbo

4. Observe as orações abaixo e escolha uma das opções que, com base no novo acordo ortográfico, melhor descreve o uso da acentuação gráfica nas palavras sublinhadas:

- I. Ele pôde cantar na apresentação de Natal.
- II. A Assembléia estava reunida.
- III. A nota Lá vibra com a frequencia de 440 Hz.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Todas estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

5. Com relação à ortografia, assinalar a alternativa em que a palavra está escrita INCORRETAMENTE:

- A) Ajeitar.
- B) Lambujem.
- C) Pera.
- D) Cangica.
- E) colorido

6. Apresenta erro de concordância a opção:

- A) A maioria dos casos de infecção ocorre por falta de saneamento básico.
- B) 20% do eleitorado não compareceu às urnas.

C) Você é um dos que mais gosta de música clássica.

D) Fui eu que paguei a conta.

E) Muitos de nós sabem o que querem.

7. Quanto à concordância verbal, qual a opção melhor descreve as orações a seguir?

I. Conversar e discutir respeitosamente contribui para o nosso amadurecimento.

II. Não só sua chegada, mas também seu humor me abalaram.

III. Cesar com sua mãe abriu uma livraria.

A) Apenas I está correta.

B) Apenas II está correta.

C) Apenas III está correta.

D) Todas estão corretas.

E) Todas estão incorretas.

8. Sobre as figuras de linguagem, analise as cláusulas abaixo:

i. Consiste na aproximação de termos de sentidos opostos.

ii. É uma comparação subentendida, sem o uso de conectivos.

iii. Ocorre quando uma palavra é usada em lugar de outra por haver uma relação lógica entre elas, como entre o autor e a obra, a parte pelo todo, o efeito pela causa, etc.

As definições acima correspondem respectivamente a quais termos?

A) Paradoxo, ironia e perífrase.

B) Sinestesia, comparação e eclipse.

C) Anáfora, pleonasma e zeugma.

D) Hipérbole, antítese e eufemismo.

E) Antítese, metáfora e metonímia.

9. Analise as seguintes orações:

i. A batida do carro foi violenta, mas ninguém se machucou.

ii. Vamos embora, que estou morrendo de pressa.

iii. Conheciam-se muito bem; logo, um sabia do que o outro gostava.

Qual das alternativas abaixo contém, respectivamente, palavras que podem substituir os vocábulos sublinhados sem alteração do sentido das orações?

A) Pois, porque e por isso.

B) Portanto, porém e assim.

C) Entretanto, pois e portanto.

D) Logo, contudo e todavia.

E) Porque, todavia e por isso.

10. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de hipérbole:

A) Ele possuía um mar de sonhos.

B) O prisioneiro faltou com a verdade.

C) Choramos um choro sentido, mas nos refizemos logo.

D) A chuva caía como lágrimas de um céu entristecido.

E) Leio Graciliano Ramos porque fala da nossa realidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Acerca da jurisdição e da ação, marque a alternativa INCORRETA:

A) O Código de Processo Civil não admite a postulação, em nome próprio, de direito alheio, admitindo-se somente a representação, nos casos de necessidade de suprimento da capacidade processual;

B) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito;

C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade;

D) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial;

E) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

12. De acordo com Código de Processo Civil, em matéria de representação processual, marque a alternativa INCORRETA:

A) A massa falida será representada pelo administrador judicial;

B) A autarquia será representada por quem a lei do respectivo ente federado designar;

C) O espólio será representado pelo inventariante;

D) A pessoa jurídica estrangeira será representada por quem o consulado da nacionalidade da empresa designar, exigindo-se deste, residência no país;

E) O condomínio será representado pelo administrador ou síndico.

13. Nos termos do Código de Processo Civil, configura-se como conduta que caracteriza litigância de má-fé, EXCETO:

A) A utilização, pela parte, do processo para conseguir objetivo ilegal;

B) A alteração da verdade dos fatos na petição inicial;

C) A interposição de recurso contrário à tese consolidada em julgamento de recursos repetitivos ou em regime de repercussão geral, de forma a distingui-lo da hipótese posta em análise no processo;

D) A oposição injustificada ao andamento do processo;

E) Promover pretensão contra fato incontroverso.

14. Acerca da conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa INCORRETA:

A) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado mediante sentença com eficácia de título executivo extrajudicial;

B) A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação;

C) Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.;

D) É cabível a conciliação não presencial, conduzida pelo Juizado, mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes;

E) Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.

15. Marque a alternativa incorreta no que se refere ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, regulado pela Lei 9.099/95.

A) A lei 9.099/95 veda a utilização da ação rescisória no âmbito do procedimento que regula;

B) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido;

C) É possível a interposição de recurso inominado em face de sentença de mérito, sendo o seu prazo de 10 dias;

D) A execução das sentenças proferidas nos procedimentos dos Juizados Especiais, processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil;

E) A apresentação de embargos de declaração suspende o prazo para interposição de recurso.

16. No que se refere à teoria geral do crime, marque a alternativa INCORRETA:

A) Para a teoria causalista, conduta é um movimento corporal voluntário que modifica o mundo exterior, passível de ser percebida pelos sentidos. Não se analisa culpa ou dolo. Foi idealizada por Von Liszt, Belling e Radbruch;

B) Hans Welzel vai desenvolver a teoria finalista. Segundo este autor, a conduta é um comportamento humano voluntário psiquicamente dirigido a um fim;

C) Segundo teoria neoclássica, a conduta é elemento do fato típico, mas passa a abranger não só a ação, como também a omissão. Isto é, a conduta passa a ser um comportamento humano voluntário;

D) Para a Teoria Causalista, a culpabilidade é integrada apenas pelo elemento imputabilidade, sendo que o dolo e a culpa são analisados no fato típico;

E) A grande mudança da teoria finalista está na culpabilidade, pois os elementos de dolo ou culpa deixam a culpabilidade, migrando para o fato típico.

17. Como se sabe, o Código Penal Brasileiro adota a teoria finalista da ação. Para tal teoria o dolo e a culpa estão inseridos na conduta. Com relação à conduta dolosa, é CORRETO afirmar que o Código Penal adotou:

A) A teoria da vontade para o dolo direto e a teoria da representação para o dolo eventual.

B) A teoria da probabilidade para o dolo direto e a teoria do assentimento para o dolo eventual.

C) A teoria da evitabilidade para o dolo direto e a teoria do risco para o dolo eventual.

D) A teoria do assentimento para o dolo direto e a teoria da possibilidade para o dolo eventual.

E) A teoria da vontade para o dolo direto e a teoria do assentimento para o dolo eventual.

18. A respeito da conduta, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria:

A) Neoclássica, segundo a qual a conduta é elemento do fato típico e abrange não só a ação, como também a omissão. Isto é, a conduta é um comportamento humano voluntário.

B) Finalista, segundo a qual, a conduta é um comportamento humano voluntário psiquicamente dirigido a um fim.

C) Causalista, segundo a qual a conduta é um movimento corporal voluntário que modifica o mundo exterior, passível de ser percebida pelos sentidos.

D) Finalista, segundo a qual a conduta é elemento do fato típico e abrange não só a ação, como também a omissão. Isto é, a conduta é um comportamento humano voluntário.

E) Neokantista, segundo a qual, a conduta é um comportamento humano voluntário psicologicamente dirigido a um fim.

19. Nos termos do Código Penal, configura causa de exclusão da conduta, EXCETO:

- A)** Coação moral irresistível;
- B)** Caso fortuito ou força maior;
- C)** Estado de inconsciência completa;
- D)** Movimentos reflexos;
- E)** Coação física irresistível.

20. Acerca do nexos de causalidade como elemento do fato típico, a teoria que define causa como todo fato humano sem o qual o resultado não teria ocorrido, quando ocorreu e como ocorreu:

- A)** Teoria da causalidade adequada;
- B)** Teoria da equivalência dos antecedentes;
- C)** Teoria da imputação objetiva;
- D)** Teoria individualizadora;
- E)** Teoria da condição qualificada.

21. Marque a alternativa INCORRETA no que se refere à imputabilidade penal regulada no Código Penal:

- A)** A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal;
- B)** A imputabilidade penal não é excluída pelo álcool ou substância de efeitos análogos, quando a embriaguez é voluntária ou culposa;
- C)** A imputabilidade penal adotada pelo nosso código, refere-se apenas ao aspecto biológico, não prevendo hipóteses de imputabilidade por critérios psicológicos;

D) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;

E) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

22. O art. 59 do Código Penal elenca as circunstâncias judiciais utilizadas na primeira fase de dosimetria da pena. O julgador, por sua vez, poderá utilizar a análise dessas circunstâncias em diversas decisões.

Marque a alternativa que não representa uma decisão em que o magistrado utiliza as circunstâncias judiciais:

- A)** Sentença condenatória que define as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- B)** Sentença condenatória na parte em que define o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- C)** Sentença condenatória na parte em que define a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- D)** Sentença condenatória na parte em que substitui pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível;
- E)** Decisão que homologa acordo de não persecução penal.

23. No que se refere à aplicação da pena no Código Penal, marque a alternativa CORRETA:

- A)** O fato do agente ser menor de 21 anos, na data da sentença, ou maior de 70 anos, na data do fato, configura circunstância atenuante;

B) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência;

C) O Código Penal adota o critério trifásico de dosimetria da pena, fixando-se a pena base através das circunstâncias judiciais do art. 59, depois considerando as causas de aumento e diminuição de pena e, por fim, as circunstâncias atenuantes e agravantes;

D) No concurso de crimes cominados com pena de multa, aplica-se o critério do concurso formal de crimes, aplicando a mais grave das penas de multa ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade;

E) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

24. Marque a alternativa que não configura hipótese de extinção da punibilidade:

A) Anistia, graça ou indulto;

B) Ocorrência de abolitio criminis;

C) Prescrição, decadência e perempção;

D) Morte do agente, ainda que o seu reconhecimento em sentença de extinção tenha ocorrido com base em certidão de óbito falsa;

E) Perdão judicial.

25. Acerca da extinção da punibilidade, marque a alternativa INCORRETA:

A) Extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este;

B) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos

outros, a agravação da pena resultante da conexão;

C) Em matéria de prescrição, os mesmos prazos extintivos aplicáveis às penas privativas de liberdade, se aplicam às penas restritivas de direitos;

D) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa;

E) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

26. Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos do Código de Processo Penal:

A) Quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, a denúncia ou queixa será rejeitada;

B) A denúncia ou queixa conterà, impreterivelmente, a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas;

C) Será de cinco dias, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado;

D) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física;

E) A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação do acusado, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

27. Nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA a respeito da ação penal:

A) Nas contravenções a ação penal será iniciada por representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

B) Quando o crime for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública;

C) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de representação do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

D) Depois de recebida a denúncia a representação será irretratável;

E) Nos casos de ação penal pública, qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, verbalmente, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

28. São medidas despenalizadoras previstas na Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95), EXCETO:

A) Transação penal;

B) Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas;

C) Não imposição de prisão em flagrante;

D) Suspensão condicional do processo;

E) Composição dos danos civis.

29. Assinale a alternativa INCORRETA de acordo com as prisões:

A) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio;

B) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor não poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, devendo apresentá-lo imediatamente à autoridade local;

C) Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso;

D) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado;

E) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

30. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado;

B) A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido na lei responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão;

C) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;

D) Na audiência de custódia o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal ou converter a prisão em flagrante em preventiva, ou aplicar as medidas cautelares diversas da prisão ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança;

E) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até vinte e quatro horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

31. A CF, em seu art. 24, estabelece a competência legislativa concorrente da União, Estados, DF e Municípios. Acerca desta competência, marque a alternativa CORRETA:

A) A competência legislativa concorrente compreende a competência para a edição de normas gerais e a competência para a edição de normas suplementares, sendo da União a primeira e dos Estados a segunda. Quando exercida a competência para a edição de normas suplementares, há revogação da norma geral, uma vez que, de acordo com a Lei de Introdução da Normas do Direito Brasileiro - LINDB, no conflito entre norma geral e norma especial, a última prevalece;

B) A competência legislativa concorrente compreende a competência para a edição de normas gerais e a competência para a edição de normas suplementares, sendo da União a primeira e dos Estados a segunda. O exercício da competência legislativa concorrente dos Estados é supletiva, razão pela qual, quando exercida, não implica na revogação da norma geral editada pela União, já que serve apenas para complementar o seu conteúdo, observando as peculiaridades de cada Estado;

C) Os Municípios não possuem competência legislativa concorrente suplementar;

D) Caso a União não edite normas gerais, a competência supletiva dos Estados será plena. Contudo, se após a norma supletiva do Estado for editada norma geral da União, haverá revogação da primeira, naquilo que for incompatível com a lei federal;

E) A competência legislativa concorrente plena é dos Estados, que possuem a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse regional, atendendo as suas peculiaridades, cabendo à União apenas suprir, através da competência suplementar, eventuais lacunas normativas.

32. São assuntos que integram a competência legislativa privativa da União, EXCETO:

A) Desapropriação;

B) Trânsito e transporte;

C) Comércio exterior e interestadual;

D) Processo Civil;

E) Procedimentos em matéria processual.

33. Acerca do Poder Judiciário, em seu art. 95, a CF traz uma série de vedações que são aplicadas aos Juízes. Marque aquela que não se caracteriza como vedação:

A) Dedicar-se à atividade político-partidária;

B) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

C) Pagar custas;

D) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

E) Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

34. Sobre as normas constitucionais definidoras de direitos e garantias individuais, marque a alternativa CORRETA:

A) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

B) Possuem aplicação imediata e eficácia plena;

C) O rol de direitos fundamentais individuais, previsto no art. 5º da CF, é numerus clausus, não admitindo ampliação, exceto por meio de emenda constitucional;

D) Somente as normas internacionais que forem integradas ao ordenamento jurídico brasileiro, pelo procedimento legislativo de emendas constitucionais, é que podem integrar o rol de direitos e garantias fundamentais;

E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às normas supralegais.

35. Acerca da nacionalidade, nos termos da CF, marque a alternativa CORRETA:

A) Em nenhuma hipótese o brasileiro poderá perder a sua nacionalidade;

B) Diante do princípio da igualdade entre brasileiros natos e naturalizados, a CF não estabelece qualquer distinção entre estes em relação a ocuparem cargos administrativos ou políticos, sendo vedada disposição, ainda que constitucional, neste sentido;

C) O Cargo de Ministro da Educação só pode ser ocupado por brasileiro nato;

D) O Brasil adota, no que se refere à aquisição da nacionalidade, apenas o critério do ius soli, sendo brasileiro nato somente aquele que nasce em território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, exceto se os seus genitores estiverem a serviço do país de origem, ocasião em que não haverá aquisição da nacionalidade brasileira;

E) O Brasil adota, no que se refere à aquisição da nacionalidade, os critérios do ius soli e do ius sanguinis, sendo brasileiro nato tanto aquele que nasce em território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, exceto se os seus genitores estiverem a serviço do país de origem, como aquele que nasce em território estrangeiro, filho de pais brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.

36. Acerca da previsão constitucional expressa sobre a composição e idade mínima dos membros dos órgãos colegiados que integram o Poder Judiciário brasileiro, marque a alternativa INCORRETA:

A) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros, sendo exigida, para integrar o

Tribunal, idade superior a 33 anos e inferior a 65 anos;

B) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de 33 Ministros, sendo exigida, para integrar o Tribunal, idade superior a 35 anos e inferior a 65 anos;

C) Os Tribunais Regionais Federais, compõe-se de, no mínimo, 7 juízes, exigida, para integrar o Tribunal, idade superior a 30 anos e inferior a 65 anos;

D) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros, sendo exigida, para integrar o Tribunal, idade superior a 35 anos e inferior a 65 anos;

E) O Superior Tribunal Militar compõe-se de 15 Ministros, sendo exigida, para integrar o Tribunal, idade superior a 35 anos;

37. Acerca das teorias que estudam o início da personalidade jurídica da pessoa natural, considerando o texto do Código Civil de 2002, foi adotada a teoria:

A) Natalista;

B) Concepcionista;

C) Da Personalidade Formal;

D) Da Personalidade Temporal;

E) Da Personalidade à Termo.

38. Os menores de 16 anos são _____, também chamados de _____, sendo a sua incapacidade suprida pela _____, sob pena de _____ dos seus atos, no caso de não suprimento.

Considerando a regulação das capacidades pelo código civil, a alternativa que corresponde ao preenchimento correto dos espaços vazios, considerando a ordem do trecho acima transcrito, é:

A) absolutamente incapazes; menores púberes; representação; nulidade;

- B)** relativamente incapazes; menores impúberes; representação; nulidade;
- C)** absolutamente incapazes; menores impúberes; representação; nulidade;
- D)** absolutamente incapazes; menores impúberes; assistência; anulabilidade;
- E)** absolutamente incapazes; menores impúberes; representação; anulabilidade.

39. Nos termos do Código Civil de 2002, serão registrados em registro público, EXCETO:

- A)** A interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- B)** Os nascimentos, casamentos e óbitos;
- C)** A sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- D)** A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- E)** Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

40. Considerando a regulação do CC/02 acerca da disciplina dos bens, marque a alternativa que corresponde a um bem móvel:

- A)** O direito à sucessão aberta;
- B)** O direito de ação sobre a propriedade de um carro;
- C)** Os tijolos retirados de um prédio para serem reutilizados em sua reforma;
- D)** O direito de ação sobre a propriedade de uma fazenda;
- E)** Uma árvore plantada no solo do quintal de uma casa.

41. Acerca das espécies de bens e seus respectivos conceitos, marque a alternativa CORRETA:

A) Bens divisíveis são aqueles que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais;

B) Bens fungíveis são aqueles que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam;

C) Bem principal é aquele que existe sobre si, abstrata ou concretamente, enquanto o bem acessório é aquele cuja existência supõe a do principal;

D) Bens singulares são aqueles que não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;

E) Bens públicos são todos aqueles pertencentes as entidades da Administração Pública Indireta, inclusive as que possuem natureza jurídica de Direito Privado;

42. Acerca dos negócios jurídicos, marque a opção CORRETA:

A) A impossibilidade inicial do objeto inviabiliza o negócio jurídico se for relativa, mesmo se cessada antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;

B) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração;

C) Em regra, o silêncio importa anuência, devendo a parte prejudicada comprovar o contrário;

D) A manifestação de vontade não subsiste no caso de ser feita a reserva mental de não querer o que manifestou, ainda que a outra parte dela não tivesse conhecimento;

E) Nas declarações de vontade, se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.

43. Pedro, plenamente capaz, publica, em rede social, fotos do aniversário de 4 anos de idade do seu filho, João.

Marcos, publica, na mesma rede social, comentário depreciativo da imagem de João, afirmando que "uma criança tão feia não merecia uma festa de aniversário, mas sim uma festa de halloween".

Diante do ocorrido, Pedro pretende ingressar com ação judicial buscando a reparação civil em face de Marcos, na condição de representante de João, entendendo que houve ofensa a imagem e honra do seu filho.

Considerando a situação narrada, bem como o fato de que o Código Civil de 2002 prevê o prazo prescricional de 3 anos para a propositura de ação de reparação civil (art. 206, §3º, V), marque a alternativa CORRETA:

A) Sendo João absolutamente incapaz, a pretensão de reparação civil é imprescritível;

B) Sendo João absolutamente incapaz, o prazo de prescrição da ação de reparação civil será de 6 anos, uma vez que o prazo deve ser contado em dobro quando o titular do direito for menor de 16 anos;

C) Ocorrerá a prescrição da pretensão de João em 3 anos após a ciência do fato pelo seu genitor Pedro, considerando o princípio da actio nata;

D) O prazo de prescrição somente começará a correr após João atingir 16 anos de idade, quando se tornará relativamente incapaz, ocasião em que a causa obstativa de contagem do prazo cessa;

E) O prazo de prescrição somente começará a correr após João atingir 18 anos de idade ou ocorrer a sua emancipação, quando se tornará plenamente capaz, ocasião em que a causa obstativa de contagem do prazo cessa.

44. Acerca da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço regulado no Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa INCORRETA:

A) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador não será responsabilizado quando provar que não colocou o produto no mercado;

B) O fornecedor de serviços responde, desde que comprovada culpa ou dolo, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos;

C) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, como o modo de seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi fornecido;

D) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa ou dolo;

E) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, como sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam, a época em que foi colocado em circulação.

45. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa CORRETA:

A) O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que permite a desconsideração nos casos em que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores;

B) O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exigindo, para a desconsideração, a demonstração de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;

C) No caso de sociedades consorciadas, a responsabilidade será subsidiária pelas obrigações;

D) No caso de sociedades integrantes de grupos societários ou as sociedades controladas, a responsabilidade será solidária;

E) No caso de sociedades coligadas, a responsabilidade independe de culpa, tendo natureza objetiva.

46. A Lei 14.181, de 1º de Julho de 2021, incluiu no Código de Defesa do Consumidor capítulo específico regulando a prevenção e o tratamento do superendividamento. Dentre os mecanismos de proteção do consumidor, foram incluídas vedações de práticas pelos fornecedores na oferta de crédito, seja pela via publicitária ou não.

Considerando a regulação do Código de Defesa do Consumidor sobre o tema, marque a alternativa que, em tese, não se enquadra como vedação de prática na oferta de crédito pelo fornecedor:

A) A oferta publicada em jornal de grande circulação, indicando que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor;

B) A oferta feita diretamente ao consumidor, condicionando o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais;

C) A oferta feita por meio telefônico, onde a instituição financeira realiza diversos contatos durante o dia, inclusive em finais de semana, com o intuito de convencer pessoa idosa à contratação de empréstimo consignado em sua aposentadoria;

D) A oferta feita por meio de jornal de grande circulação, informando que a taxa de juros oferecida pela instituição financeira proponente está entre as menores do mercado, como forma de convencer o consumidor a realizar a contratação;

E) A oferta realizada diretamente ao consumidor, omitindo os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo.

47. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais elencados no art. 5º da CF, marque a alternativa CORRETA:

A) São inafiançáveis e imprescritíveis a prática de tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito;

B) São inafiançáveis e imprescritíveis a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

C) São inafiançáveis e imprescritíveis a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

D) São inafiançáveis e imprescritíveis a prática do terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

E) Considera-se inafiançável e imprescritível o crime de latrocínio e o estupro de vulnerável, dada a sua gravidade frente às demais condutas criminosas.

48. O art. 5º da CF, tanto no seu caput, como no inciso I, traz expressamente a previsão do Direito Fundamental à igualdade. A ideia de igualdade, adotada pela CF, diz respeito à:

A) Igualdade formal, desenvolvida no Século XVIII por meio do ideal iluminista, manifestado nas Revoluções Francesa e Americana, que prega um ideário de igualdade substancial, além daquela prevista na lei;

B) Igualdade substancial, desenvolvida no Século XVIII por meio do ideal iluminista, manifestado nas Revoluções Francesa e Americana, que prega um ideário de igualdade perante à lei, independentemente do seu aspecto material;

C) Igualdade política, apenas desenvolvida após a II Guerra Mundial, atribuindo os mesmos

direitos políticos a homens e mulheres, em especial o direito a voto e o direito a ser votado;

D) Igualdade material, também entendida como substancial, como superação do ideal meramente formal de igualdade desenvolvido no Século XVIII, por meio do iluminismo manifestado nas Revoluções Francesa e Americana, passando a permitir a intervenção do Estado, de forma a desigular os indivíduos para garantir a sua igualdade;

E) Igualdade individual, aplicada somente no que se refere aos Direitos Fundamentais Individuais, não tendo aplicação perante os Direitos Sociais;

49. Acerca da nacionalidade e da extradição, marque a alternativa CORRETA:

A) No Brasil é possível, ainda que de forma excepcional, a extradição de brasileiro nato;

B) Não se permite, em nenhuma hipótese, a extradição de brasileiro nato, contudo, sendo possível a extradição de brasileiro naturalizado, nas hipóteses de: condenação criminal pela prática de crime comum anterior à naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

C) Não se permite, em nenhuma hipótese, a extradição de brasileiro nato, contudo, sendo possível a extradição de brasileiro naturalizado, nas hipóteses de: condenação criminal, pela prática de crime comum após à naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

D) Não se permite, em nenhuma hipótese, a extradição de brasileiro nato, contudo, sendo possível a extradição de brasileiro naturalizado nas hipóteses de: condenação criminal, pela prática de crime comum antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento, antes ou depois da naturalização, em crime de tráfico internacional de pessoas;

E) No Brasil é permitida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

50. Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, marque a alternativa CORRETA:

A) A Capital Federal é o Distrito Federal, sendo permitida a sua divisão em Municípios;

B) É vedada a divisão dos Territórios Federais em Municípios;

C) O Território Federal integra o rol de entes federativos que compõem a República Federativa do Brasil, sendo autônomo em relação aos demais entes, podendo, inclusive, se dividir em Municípios;

D) O Território Federal não é um ente federativo, mas sim uma entidade administrativa, sendo classificado pela doutrina majoritária como uma autarquia, que integra a administração indireta da União;

E) A forma de Estado adotada pelo Brasil é confederativa, uma vez que é permitido o direito de secessão, na medida em que o art. 18, §3º do texto constitucional prevê a possibilidade de subdivisão, desmembramento e fusão de Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.